CIDAC
Centro de Documentação
TL 3635

COMUNIDADE CRISTÃ DA
SERRA-PILAR

24JUL83 ano 9º

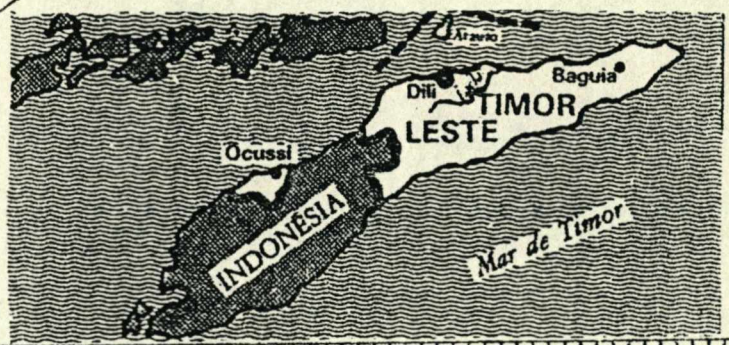
385

TIMOR-leste

genocidio

1975
1983

físico
cultural
religioso



TIMOR-LESTE, uma ex-colónia portuguesa que de 1975 até hoje viu a sua população reduzida em menos de um terço, pela guerra e pela fome. Um povo que tem o direito à autodeterminação regularmente reconhecido nas votações da ONU, mas um povo isolado e quase esquecido. Nem a extrema violência da repressão sofrida nem a determinação na luta pela sobrevivência conseguiram despertar a consciência da comunidade internacional.

É preciso deitar os olhos para trás para se perceber a situação actual.

Os portugueses abordaram as pequenas ilhas de Sonda por volta de 1520, e os primeiros a estabelecerem-se com permanência na ilha de Timor foram os missionários dominicanos. Um século depois, os holandeses expulsaram os portugueses da maior parte das ilhas e em 1651 conquistaram e ocuparam a parte oeste da de Timor, mantendo os portugueses o seu domínio sobre a parte oriental.

A guerra foi sempre uma constante da colónia de Timor, manifestação extrema do dinamismo de um povo em choque permanente com o poder colonialista e ocupante. Mas os sucessivos governos portugueses mostraram sempre muito pouco interesse por esta tão longínqua colónia, não fazendo qualquer esforço para desenvolver as suas potencialidades. Do ponto de vista administrativo, mantiveram sempre os chefes tradicionais, embora com poderes limitados. A Igreja Católica, entretanto, tornou-se a presença europeia mais significativa, abrindo escolas, seminários e influenciando a vida cultural do povo timorense.

Em 1951, Timor é declarado "província do Ultramar", e dois anos depois, é reconhecida a nacionalidade portuguesa a todos os habitantes de Timor-Leste. Em 1972, a "província" torna-se "região autónoma", com uma Assembleia Legislativa eleita; no entanto, dado o carácter do antigo regime português, esse direito era puramente teórico.

Antes do 25 de Abril não há praticamente movimentos separatistas em Timor. O próprio Ministro dos Negócios Estrangeiros Indonésio declarava na ONU, em 1971: "No que diz respeito a Timor, não temos reinvidicações territoriais". No entanto, em

1970, um grupo de jovens fizera-se notar em Dili (a capital), sobretudo através de colaboração sua no jornal da Diocese, e a PIDE dispersou-o, fechando-lhe o centro; era em 1973.

A TERRA: 14.925 km2. País situado entre a Austrália e a Indonésia, o território de TIMOR-LESTE compreende a parte leste da ilha de Timor, a dependência de Ocussi, situada a noroeste da ilha, a ilha de Atauro no norte e a ilhota de Yaco a leste. De origem vulcânica, o relevo da ilha é montanhoso, coberto com densas selvas. O seu clima tropical húmido favorece uma importante rede hidrográfica. A zona sul é plana e apta para cultivo.

Em 25 de Abril de 1974, Timor continuava longe e parecia nada desperto para o problema da independência.

Surgiram então três partidos: a UNIÃO DEMOCRÁTICA TIMORENSE (UDT), favorável à manutenção dos laços com Portugal sob a forma de federação; a Associação Social Democrática Timorense que quatro meses mais tarde se chamará FRENTE REVOLUCIONÁRIA DE TIMOR-LESTE (FRETILIN), que reclama a independência, a participação imediata dos timorenses na administração e o fim da discriminação racial; e a ASSOCIAÇÃO POPULAR DEMOCRÁTICA DE TIMOR (APODETI), que defende a associação com a Indonésia como província autónoma.

A UDT, que possui pessoas influentes, tem um desenvolvimento rápido nas áreas urbanas, mas não penetra nas zonas rurais. Aí será o terreno da FRETILIN: lança campanha de alfabetização e ensino de técnicas agrícolas de base, propõe a reforma agrária e a formação de cooperativas agrícolas, e rapidamente ultrapassa, em adesões verificadas, a influência da UDT. Em Fevereiro de 1975, 60% da população seria favorável à FRETILIN.

Em Janeiro de 1975, UDT e FRETILIN, as duas forças mais importantes, estabelecem entre si uma coligação, na base de um projecto de autonomia para Timor - Leste. No entanto, em Maio seguinte, a UDT rompe unilateralmente

a coligação, gerando uma grave situação de divisão entre o povo. E, em Agosto, a mesma UDT ocupa militarmente os centros vitais de DILI e de outras localidades, e exige do governo português a prisão dos dirigentes da FRETILIN. Os militares timorenses abandonam os quarteis para se juntarem quer à UDT quer à FRETILIN, parece que em maioria a esta última força. É nesta altura que o governador português se retira para a ilha de Ataúro com alguns militares e civis portugueses, enquanto UDT e FRETILIN se envolvem numa rápida guerra civil que acabaria em inícios de Setembro com a vitória das forças da FRETILIN que passa a controlar o território. Entretanto, militares da UDT, refugiados no Timor indonésio, fazem aliança com a APODETI e, apoiados pelas forças armadas da Indonésia, provocam incidentes de fronteira no mês de Outubro.

O POVO: 740.000 habitantes em 1979. Com excepção de 15.000 chineses e de 1.000 europeus, a maioria da população é originária de Papua-Nova Guiné e Madagáscar. Fisicamente, os timorenses (também chamados mauberes) apresentam traços malaios e melanésios.
Crescimento anual: 2,2%.
População urbana: 11% (1975).
População activa: 217.000; destes, 61% dedicam-se à agricultura.

Religião: a maioria pratica cultos tradicionais; CATÓLICA, protestantes e islâmica.

Idioma: a língua mais utilizada é o tetum; também se fala português.

Entre 1 e 3 de Novembro, os Ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da Indonésia, reunidos em Roma, reconhecem num comunicado que "a responsabilidades da descolonização de Timor-Leste pertence a Portugal que, enquanto autoridade legítima desse território, se compromete a desenvolver todos os esforços para a realização rápida da autodeterminação e em boa ordem de todo o povo de Timor Português".

Alguns dias depois (14 de Novembro), no entanto, a marinha indonésia bombardeia uma aldeia de Timor-Leste e movimenta as suas tropas a partir da fronteira ocidental, sem que Portugal queira ou possa reagir. E por esta razão · Portugal recusa-se a negociar a independência na ausência dos partidos (UDT e APODETI)

refugiados no Timor indonésio. Em face disto, a FRETILIN declara unilateralmente a independência (28 de Novembro), enquanto os outros dois partidos declaram a integração na Indonésia.

O governo português rejeita uma e outra declaração e reafirma-se como potência administrante. O governo indonésio, por sua vez, afirma o seu "respeito pelos direitos e obrigações de Portugal, única autoridade no território", mas ao mesmo tempo declara a sua "profunda compreensão pela declaração de integração feita pelos partidos minoritários".

Em 6 de Dezembro seguinte (1975), 12 horas após a partida de Jakarta (capital indonésia) do Presidente Ford dos Estados Unidos e do seu Secretário de Estado Kissinger, as forças indonésias invadem Timor-Leste com meios desproporcionados.

Os horrores praticados pelas tropas indonésias ao ocupar pela força a capital, DILI, são um sinal inequívoco e inquietante do genocídio que se lhe seguirá.

Após esta invasão maciça (e a Indonésia pretendeu internacionalmente que a invasão havia sido feita por voluntários favoráveis à integração que não pudera impedir de actuar, e não por tropas regulares), Portugal rompe relações diplomáticas com aquele país e lança um apelo ao Conselho de Segurança da ONU. A Assembleia Geral, que estava entretanto reunida, adopta por 69 votos contra 11 e 38 abstenções, uma moção que convida a Indonésia a deixar de "violar" a integridade territorial do Timor Português e a retirar as suas forças sem demora. Logo a seguir, o Conselho de Segurança pede por unanimidade que a Indonésia retire as suas tropas. A Indonésia nunca teve qualquer consideração por qualquer destas moções, bem como por todas as outras que, de então para cá, todos os anos, a Assembleia Geral da ONU tem aprovado.

A SAÚDE: um médico para cada 32.000 habitantes (1975). No fim de Abril de 1980, a Cruz Vermelha Internacional informou que de 75.230 pessoas que a instituição visitou, 60.000 sofriam de extrema desnutrição, 20.000 destas estavam sentenciadas a morrer de fome e 5000 exigiam tratamento médico intensivo.

Mortalidade Infantil: 2,9% (1974). Esperança de vida: 40 anos (1970-75).

Durante três anos (1976/1979), o mundo ignorou praticamente o que se passava em Timor-Leste. Ninguém, nem mesmo a Cruz Vermelha Internacional, tinha autorização dos indonésios para entrar no território. O próprio representante de Kurt Waldheim, ao tempo Secretário-geral da ONU, encarregado do inquérito decidido pelo Conselho de Segurança daquele organismo internacional, foi impedido de visitar as zonas controladas pela FRETILIN.

Porque, entretanto, a Indonésia encontrou uma resistência (da parte da FRETILIN) com que não contava. Uma nação de 140 milhões de habitantes e o seu poderoso exército (alguém calculou em 50.000 homens o exército invasor!) não conseguiram submeter um pequeno povo de 700 mil timorenses que só dispunha das poucas e velhas armas dos portugueses. De facto, após a invasão inicial acompanhada de crimes bárbaros e de execuções em massa, a maioria do povo de Timor refugiou-se nas montanhas sob a protecção e direcção da FRETILIN. No início de 1977, o ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio declara cinicamente:

"JÁ MATÁMOS 60 a 80.000 TIMORENSES,
MAS LIBERTÁMOS 600.000!".

Impossibilitados de dominar a guerrilha, os indonésios mudam de táctica e começam a destruir sistematicamente todas as culturas na região montanhosa para obrigar o povo a descer para as regiões ocupadas. E a fome torna-se o inimigo principal das populações. Em 1978, a situação é dramática. O povo que descia das montanhas, exausto, é agrupado em campos controlados pelos indonésios; mas a sua situação não melhora. E o genocídio prossegue, agora pela fome. Em Setembro de 1978, e este é apenas um exemplo dos muitos que poderiam relatar-se, um grupo de jornalistas e diplomatas, cuidadosamente escolhidos, visitaram Timor-Leste a convite do governo indonésio. Apesar deste condicionalismo, no fim, o embaixador canadiano declarou aos repórteres que as pessoas que vira na aldeia de Remexio "se encontravam numa situação deplorável. Em muitos casos estão a morrer de fome, desesperadamente doentes, necessitando de auxílio imediato em termos de alimentação, vestuário e assistência médica imediata". E, ele com outros diplomatas, lançam nessa altura um grito de alarme: mais de 100.000 pessoas encontram-se num estado de inanição completa.

Enquanto isto, a guerra continua, as prisões políticas estão cheias, a tortura é facto corrente, a liberdade das populações absolutamente controlada, a correspondência é violada, a liberdade de expressão, de reunião e associação não existe, etc., etc. E o governo indonésio rejeita as propostas de ajuda internacionais; outras vezes aceita-as mas sob seu controle e desvia-as da sua finalidade, como pode comprovar-se por testemunhos de personalidades insuspeitas.

Ao mesmo tempo, a destruição das tradições culturais do povo timorense, "povo distinto do povo indonésio, na língua, nos costumes, na sua tendência religiosa e moral", é levada a cabo de forma programada. A língua, as tradições, a religião (as violações dos túmulos são frequentes e intencionais), a cultura numa palavra, vão sendo programadamente destruidas. Um antigo missionário italiano em Timor, explica assim:

> "Li que em Kelicai, um dos centros Makassae a que me sinto ligado, onde escrevi a gramática e onde descobri as mais belas poesias Makassae, houve 50 mortos em 15 dias. Será rápida a destruição de um povo de 78.000 habitantes bem assim como da sua cultura e de uma civilização. É um pedaço da Humanidade que desaparece definitivamente. Conhecemos tudo acerca de Atenas; a sua história foi-nos transmitida, o Partenon conta-no-la; mas de Kelicai, de Baguia, de Baucau, Uatolari, Ossu, não poderemos saber mais nada. Da filosofia, da fé, da alma de todo um povo, não ficará nenhum vestígio; elas eram confiadas à dança, à poesia, ao canto oral, ao "rata lolo" (histórias contadas pelos velhos), testemunhos de toda a riqueza de um povo. O Timor nunca pensou em criar um hospício para os velhos, uma casa de repouso: o velho é a enciclopédia de comunidade, o educador dos jovens, o livro de história e geografia, a continuidade com o passado e o avanço para o futuro".

Na sua sede de destruição, o exército indonésio não poupou a Igreja. Destruições e incêndios, pilhagens, túmulos violados, "os corpos (das execuções sumárias levadas a cabo no dia da invasão) deram à costa em frente da casa do bispo" (!), a acção dos missionários extremamente controlada (sendo no entanto através deles que vão chegando as únicas notícias verdadeiras), tudo são sinais de que o poder indonésio quer controlar e destruir a influência poderosa da Igreja católica.

É no entanto a campanha de conversão ao Islão decidida pelos poderes indonésios que nos dá a verdadeira chave da perseguição dirigida à Igreja: porque se trata do propósito de uma verdadeira islamização. Teme-se mesmo que a Igreja católica venha a ser abolida ou que os indonésios consigam de facto islamizar o território uma vez que empregam para tal fim as mais variadas técnicas: chegam a "prometer muito dinheiro para aqueles que querem entrar no Islão", assim como apregoam a "distribuição de géneros alimentícios e roupas".

Neste contexto, ganha especial ressonância a voz e actuação do Administrador Apostólico da Diocese de Dili, Monsenhor Martinho Lopes da Costa. Após o apelo lançado à Caritas australiana, em fins de 1981, para socorrer os timores vítimas da fome, o governo indonésio tentou desacreditá-lo. E começou a desenvolver esforços no sentido de que o Vaticano o fizesse substituir por um prelado indonésio. Mas a prudência secular da Igreja levou a que fosse nomeado um novo administrador apostólico que substituisse o anterior (que havia entretanto invocado razões graves de saúde) natural de Timor, que estudou Filosofia e Teologia em Portugal, o que foi interpretado como um sinal de deferência para com Portugal em tão complicada situação. De resto, contrariamente ao que pretendiam os indonésios, o novo Administrador Apostólico ficou directamente dependente do Vaticano e não da Conferência Episcopal Indonésia.

Os jornais dos últimos dias (Jornal de Notícias de 26JUN83) noticiavam um cessar-fogo assinado entre a FRETILIN e a Indonésia, garantido pela FRETILIN e desmentido pela Indonésia.

É no entanto ainda Mons. Lopes da Costa, agora em Lisboa depois de haver sido substituído, que afirma: "O cessar - fogo deu-se (em Março de 1983) porque ambas as partes estavam saturadas de guerra; mas a proposta partiu da Indonésia. O que vem a seguir ao cessar-fogo é que não se sabe". É ainda Mons. Lopes da Cruz que defende a independência do território salientando que "ninguém quer estar debaixo das patas de outrem" (entrevista à RDP-Antena Um).

NÓS, cristãos portugueses, temos uma responsabilidade particular face à situação em Timor-Leste. Não só porque devemos erguer-nos contra todas as injustiças, mas ainda porque devemos estar especialmente atentos aos "esquecidos da História" e solidários com uma Igreja que se esforça por crescer, correndo riscos, no interior do sofrimento de todo o povo Maubere.

É a esta situação que somos chamados a responder, na esperança do dia em que o Senhor nos ensinará os seus caminhos: das espadas faremos relhas de arado, e das lanças faremos foices; não mais se há-de levantar nação contra nação, nem mais se preparará a guerra (cf. Isaías 2,3/4).